

EDITORIAL

Álvaro Vasconcelos*

FAZ UM ANO que iniciámos a publicação de *Estratégia*. Durante este ano reforçou-se a nossa convicção da importância de procurar estimular a reflexão sobre a política externa e a política de defesa de Portugal no após-império. Continua a proceder-se como se o debate público sobre as principais decisões nestas matérias fosse incómodo ou contraproducente.

A diplomacia portuguesa, que tem dado provas da sua competência – atente-se na forma como conduziu o processo de adesão às Comunidades, ou o acordo de defesa de 1983 com os Estados Unidos – adapta-se com dificuldade às exigências de um fim de século dominado pela informação, pelos *media*, em que cada vez mais influente é a opinião pública, cujo apoio é indispensável ao sucesso da política externa.

É verdade que a heterogeneidade do actual sistema internacional, a existência de múltiplas fidelidades ideológicas, cria limites aos consensos possíveis no quadro do presente sistema político. No entanto, o que pode ser divulgado e público representa mais de noventa por cento das informações existentes e abrange as questões fundamentais para as quais é preciso haver consenso entre os partidos democráticos, quer se reclamem da esquerda, da direita ou do centro.

O secretismo, quantas vezes despropositado, a falta de informação e discussão, a falta de especialistas, dificultam a criação de posições comuns entre governos e oposições democráticas, em matéria de política externa e de defesa. Consensos tanto mais necessários quanto em Portugal, em onze anos, houve onze governos.

Pode dizer-se que, apesar da instabilidade governativa, tem havido continuidade na definição das prioridades da política externa, com base num vasto consenso, interpartidário e público, que nasceu da crise de 1974-75, quer no que diz respeito à integração europeia, quer à nossa pertença à Aliança Atlântica, quer sobre a necessidade de intensificar as relações com a África de língua portuguesa e com o Brasil. No entanto, se existe identidade de pontos de vista para designar estas como as prioridades da política externa portuguesa da actualidade, já não existe porém consenso sobre o pragmático «como», sobre as políticas concretas, sobre as iniciativas que lhes dêem corpo e criem o equilíbrio necessário entre integração

* Director, IEEI.

européia e dinâmica atlântica.

As relações com os Estados Unidos são muito importantes para Portugal e por isso deviam merecer uma cuidada atenção por parte dos responsáveis políticos e do Parlamento. Não devem assentar em motivações unicamente ideológicas, mas nos interesses que são comuns aos dois Estados. A pouco e pouco vão-se compreendendo os inconvenientes de um alinhamento automático baseado no pressuposto simplista de que o mundo é em todas as circunstâncias bipolar, pressuposto que a complexidade do sistema internacional a todo o momento invalida. O debate parlamentar e público sobre as relações luso-americanas reforçaria também a nossa capacidade negocial (mais não faríamos aliás do que aprender com os próprios Estados Unidos e a força da sua democracia, que faz do Congresso e da opinião pública um instrumento de valor). O artigo do embaixador José Calvet de Magalhães que incluímos neste número é um importante contributo para esse urgente debate sobre as relações com o nosso mais poderoso aliado.

A integração de Portugal no projecto de união europeia, drástica opção para uma nação periférica em relação ao seu eixo fundamental, tem vindo a fazer-se paulatinamente, sem despertar interesse de maior e sem suscitar a polémica que porventura merecia para decidirmos se virá a ser apenas a «*voie de retraite*» que Raymond Aron vaticinava ou, pelo contrário, o novo começo em que uma geração de portugueses acredita. Mesmo as correntes tradicionalmente anti-europeias, cuja influência ideológica é ainda inegável, é quase em surdina, camufladamente, que pregam um atlantismo exclusivo e anti-europeu.

A política africana, a mais presente no debate público português, impõe a insofismável e dolorosa necessidade de tomar decisões em relação a países divididos por guerras civis, que também dividem os partidos democráticos e os portugueses. É urgente decidir sobre as relações que queremos manter com esses países, independentemente das opções ideológicas de quem os governa.

Portugal encontra hoje no mundo apoios importantes, como nunca antes encontrara neste século. Prova-o antes de tudo a adesão ao Mercado Comum, mas também a simpatia com que são recebidos, da Ásia às Américas, os governantes portugueses – veja-se a forma como o Presidente da República foi recebido no Brasil.

Longe vão os anos '60 e a primeira metade da década de '70, quando Portugal se encontrava alheado da maioria dos governos e dos países do mundo.

No entanto, há quem continue a agir como se ainda vivêssemos «orgulhosamente sós», quando Portugal era uma «ilha» rodeada de forças hostis por todos os lados. É

como se alguns sectores da sociedade portuguesa, postos perante a necessidade de concretizar as opções tomadas, de enfrentar a concorrência e a competição dos aliados, reagissem como o ouriço.

Em relação à política de defesa, o consenso também se revela nestes últimos tempos menos sólido do que os discursos que não há muito tempo se faziam deixavam prever. A pouco e pouco vai-se descobrindo que a opção NATO não é apenas a recusa de um regime totalitário para Portugal, é também uma decisão sobre a definição de uma ameaça e de um papel externo para as forças armadas portuguesas. E se existe consenso em relação à participação na NATO, não existe sobre a política de defesa, por paradoxal que isso possa parecer. Não existe a percepção clara de uma ameaça externa, e poucos são os que compreendem a necessidade de modernizar as forças armadas. Estas são ainda com frequência encaradas muito mais como um potencial actor da cena política do que como um instrumento da soberania nacional e uma componente importante da projecção internacional do país.

O debate sobre a política de defesa tem que fazer-se enquadrado com o das grandes questões que atravessam hoje a Aliança Atlântica e põem em causa a credibilidade da sua actual estratégia de resposta flexível. É o próprio consenso sobre a estratégia da Aliança que se rompe, internamente, na Alemanha e no Reino Unido, ou é posto em causa por medidas anti-nucleares unilaterais na Dinamarca, na Noruega ou na Grécia e de certa forma em Espanha.

A definição de uma política de defesa para Portugal é, também, uma tomada de posição no debate em curso sobre o papel das armas nucleares na dissuasão, sobre a «opção zero», sobre os limites das garantias americanas, sobre o nosso lugar na cooperação europeia no domínio da defesa, ou sobre a nova liderança no Kremlin. Não podemos fechar-nos na absurda convicção de que somos uma ilha ou arquipélago isolável do resto do mundo. Como refere o professor José Enes neste número de *Estratégia*, as filosofias do isolamento seriam não só absurdas como perigosas.

Este primeiro ano de publicação de *Estratégia*, que procuraremos manter nos rumos inicialmente traçados, veio mostrar-nos quão interessante a complexidade do sistema internacional tornava a nossa tarefa. Oxalá possamos julgá-la também proveitosa.